

# Algumas tendências do liberalismo da América Latina\*

Jorge Pessoa de Mendonça  
Paulo Nakatani

## Resumo

A tendência à formação de uma Área de Livre Comércio nas Américas decorre, em grande parte, dos regimes de alta inflação nas duas últimas décadas e da posição privilegiada que o capital financeiro vem obtendo desde então. Por outro lado, representa o esgotamento das antigas políticas desenvolvimentistas e a adoção deliberada de políticas liberais. A hipótese de união comercial aponta no sentido de que as estratégias de crescimento decorrem dos princípios do livre-cambismo, que valorizam o mercado externo como principal, senão único, meio de promoção de crescimento econômico. Esse artigo analisa os determinantes internos e externos da criação de uma união comercial e monetária, suas vantagens e desvantagens, bem como os limites e possibilidades das políticas que a promoveria. Indicamos que o desejável desenvolvimento econômico e social promovido nessas bases não permite uma inserção positiva nos mercados internacionais, com autonomia nacional e com a manutenção das paridades dos termos de troca entre os países.

## Resumen

La tendencia a la formación de un Área de Libre Comercio en las Américas proviene en buena medida de los regimenes de alta inflación de las dos últimas décadas y la posición privilegiada que el capital financiero viene obteniendo desde entonces. Por otra parte, representa el agotamiento de las viejas políticas desarrollistas y la adopción deliberada de las políticas liberales. La hipótesis de unión comercial apunta en la dirección de que las estrategias de crecimiento derivan de los principios del librecambismo, que consideran al mercado externo como el principal medio de promoción del crecimiento económico. Este artículo analiza las determinaciones internas y externas de la creación de una unión comercial y monetaria, de sus ventajas y desventajas, así como los límites y las posibilidades de la política que la promovería. Se indica que el desarrollo económico y social deseable, promovido bajo estas bases, no permite una inserción positiva en los mercados internacionales con autonomía nacional y con el mantenimiento de las paridades de los términos de intercambio entre los países.

## Abstract

The trend to the formation of a free trade area in the Americas travels, in a large part, the high inflation regimes in the two last decades and the privileged position that the financial capital comes obtaining since then. On the other hand, it represents the depletion of the old development policies and the deliberate adoption of the liberal ones. The commercial union hypothesis points in the direction of the fact that the growth strategies assume the principles of the free-exchange policy, that valorize the external market as the main way of promotion of the economic growth. This article analyzes the external and internal determinant of the creation of a commercial and monetary union, its advantages and disadvantages, as well as the limits and the possibilities of the policy that would promote it. The essay indicates that the promoted economic and social development desirable, under these bases, it does not allow a positive insert in the international markets with national autonomy and with the maintenance of the parity of the exchange terms between the countries.

\* Trabalho apresentado no Seminário Internacional REDEM 2001: *O Estado no mundo contemporâneo*, Rio de Janeiro, 27-29 de agosto de 2001 e no *XXIII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología*, Antigua, Guatemala, del 29 de octubre al 2 de noviembre de 2001.

O esgotamento político-econômico dos regimes militares na América Latina ocorreu entre os anos setenta e oitenta com a crise da dívida externa. A transição do poder militar para o poder civil foi realizada através de uma nova aliança entre as frações de classes dominantes e a emergência dentro do sistema financeiro de uma fração de classe mais poderosa. Esse poder decorreu da expansão internacional dos mercados financeiros, após o rompimento do acordo de Bretton Woods, pela progressiva desregulamentação da esfera financeira e pela ampliação dos negócios especulativos que tornou os mercados de ações, câmbio e juros muito mais voláteis.

A crise da dívida nos países periféricos nos anos oitentas contribuiu para o desmoronamento dos regimes militares, a maior parte deles ainda expressando uma aliança de classes no poder comandada pela fração dos industriais nacionalistas. O comando social através da coerção, característica dos regimes militares, foi continuamente contestado e a pressão dos movimentos sociais levou as classes dominantes a tentarem reconstruir a hegemonia sob a antiga aliança. Porém, as novas contradições decorrentes das transformações no capitalismo mundial colocaram em primeiro plano a fração financeira da classe dominante associada aos interesses financeiros internacionais.

As mudanças na economia mundial como resposta à crise dos anos setentas recolocou como fundamento a ideologia liberal, através dos governos de Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos. Essa ideologia, um dos pilares da teoria econômica neoclássica, veio substituir a ideologia e a política intervencionista keynesiana. Para os liberais a economia de mercado não necessita da intervenção do Estado na vida econômica; mais ainda, essa intervenção é nociva para o mercado. Para eles, a crise dos anos setentas nada mais era do que a expressão da profunda intervenção realizada pelo Estado na esfera econômica. Assim, a crise só poderia ser resolvida com a redução –e até mesmo a supressão– da intervenção do Estado.

O conjunto das novas forças dominantes na esfera mundial, apoiado nessa ideologia, colocou-se como tarefa a reconstrução do mundo sob a ótica do mercado e sob a hegemonia americana. Nos países da periferia, da América Latina em particular, parte dos intelectuais orgânicos<sup>1</sup> assumiu rapidamente esse papel e articulou-se organicamente ao sistema financeiro internacional.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Em sua maior parte, esse papel é colocado sob responsabilidade dos economistas. São esses intelectuais que, mesmo durante a fase intervencionista do Estado, receberam uma formação político-ideológica nos cursos de economia, através dos manuais neo-clássicos e neo-keynesianos, quase todos traduções de manuais americanos. A camada superior dessa intelectualidade recebeu um aprofundamento dessa formação em cursos de pós-graduação nas universidades americanas, principalmente aquelas onde os grandes intelectuais liberais disseminam suas idéias. No Brasil, a reforma do currículo mínimo, em 1984, refreia parcialmente essa tendência avassaladora que Possas chamou de "a cheia do *mainstream*".

<sup>2</sup> Temos como exemplo, no Brasil, o Ministro da Fazenda Pedro Malan, quem foi diretor executivo do Banco Mundial e passou pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, antes de assumir a presidência do Banco Central e, posteriormente, o Ministério da Fazenda; o ministro Paulo Renato de Souza, que foi vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e o atual presidente do Banco Central, Arminio Fraga, que foi diretor da área externa do Banco Central, criou boa parte

A tendência à dolarização nos países da América Latina e à formação de uma Área de Livre Comércio nas Américas –um espaço econômica e politicamente heterogêneo– constituem um novo cenário nas relações econômicas internacionais. Tal cenário representa uma enorme mudança no padrão de acumulação e na distribuição da riqueza para cada um dos países envolvidos, mesmo que implementado de modo a manter acordos regionais de cooperação econômica ou união aduaneira ainda em vigor. Trata-se de uma alteração no modo de inserção internacional das diversas nações e, portanto, da reconfiguração do contexto geo-econômico atual, dado o número de nações envolvidas, a disparidade do poder econômico entre elas –em especial dos países latinos em relação ao norte– e as profundas mudanças que podem ocorrer no interior de cada país ou bloco sub-regional.

Valorizamos, assim, o argumento de que a tendência em curso é, sobretudo, uma redefinição da divisão internacional do trabalho, em especial no interior do continente americano em detrimento da América Latina, e refutamos argumentos que se amparam na análise de que esse movimento constitui uma evolução natural e esperada do capitalismo. Nesse sentido, existem três eixos principais a serem desenvolvidos. O primeiro diz respeito às conseqüências da formação do mercado comum em benefício das grandes corporações e do capital nacional a elas atrelado; o segundo refere-se ao aspecto monetário que dissimula e agrava os efeitos perniciosos dessa opção; o terceiro diz respeito à mudança radical na forma de atuação do Estado que passará a atender quase que exclusivamente aos interesses do capital.

### **Mudança no papel do Estado: do intervencionismo ao neoliberalismo**

O projeto nacional-desenvolvimentista, fundado no processo de substituição de importações, exigia, em seu início, que o Estado se tornasse capitalista acumulando capital na esfera produtiva, principalmente em atividades com longo prazo de maturação e grandes escalas de produção fundamental para o desenvolvimento das atividades industriais. Nesse processo, o Estado interveio propiciando a expansão da burguesia nacional através do financiamento ao investimento de longo prazo, e da criação de reservas de mercado pela instituição de barreiras tarifárias e comerciais. Nesse sentido, pode-se dizer que o Estado criou a fração industrial da burguesia nacional. Todavia, ela sempre esteve diretamente vinculada aos interesses do capital internacional em razão da forma como foi conduzido o processo de substituição de importações, ou seja, com ampla e importante participação das empresas multinacionais. O desenvolvimento da indústria pesada, o grau de concentração das unidades produtivas e a associação com o capital estrangeiro não devem ser considerados como realidades independentes de modo a induzir

das resoluções para a liberalização do mercado financeiro e depois foi trabalhar para o mega-especulador Jorge Soros.

um caráter genuinamente nacionalista da burguesia formada nos países da América Latina.<sup>3</sup>

Em termos políticos, os regimes militares já estavam completamente esgotados no início dos anos oitentas. A profunda crise, decorrente da incapacidade de saldar os compromissos externos conduziu à insatisfação popular contra a ditadura e os movimentos populares lutavam pela redemocratização do regime. No Brasil, por exemplo, o movimento pelas "Diretas Já" canaliza os anseios populares em grandes manifestações pela restauração das eleições diretas para presidente. Mas, parte das lideranças do movimento se aliou às frações dominantes da burguesia e, em comum acordo, promovem uma abertura política gradual com a eleição do primeiro civil, após a ditadura, através do colégio eleitoral. Essa exclusão dos movimentos sociais e de parte da oposição de esquerda conduz às forças populares ao refluxo. Tancredo Neves<sup>4</sup> foi escolhido para presidente, mas não chegou a assumir e o cargo foi ocupado pelo vice-presidente.

Esse período caracterizou-se pela tarefa de reconstrução das instituições pela elaboração da nova Constituição, promulgada em outubro de 1988, denotando a recomposição na correlação de forças políticas dada a alteração na aliança entre as frações de classes hegemônicas. Essa Constituição apresentou enormes avanços no plano dos direitos individuais e sociais como resultado do avanço das lutas sociais no processo de desmilitarização do Estado. Entretanto, essas mudanças ocorreram no contexto da profunda crise econômica e da crise financeira do Estado, deflagrada no final dos anos setentas, como decorrência dos compromissos com o pagamento de juros da dívida externa.<sup>5</sup> Nesse período, uma parte dos novos intelectuais começou a participar dos programas de governo, fundamentalmente nos planos de combate à inflação.<sup>6</sup>

<sup>3</sup> Já em 1969, Ruy Mauro Marini mostra como o fracasso da burguesia nacionalista é decorrente da aliança econômica com o capital estrangeiro, apesar de aspirações nacionalistas terem se delineado politicamente durante o período anterior imediato aos regimes militares. Ver Ruy Mauro Marini, "Subdesenvolvimento e revolução", in P. Barsotti et al. (coord), *América Latina: história, idéias e revolução*, São Paulo, Xamã, 2a. edição, 1999.

<sup>4</sup> Ele foi Primeiro Ministro durante o governo de João Goulart na tentativa realizada pela aliança dominante de reformar o regime político antes do golpe militar de 1964. Tancredo morreu antes de assumir a presidência, em março de 1985.

<sup>5</sup> Entre 1980 e 1989, a remessa líquida de juros foi de US\$ 93.8 bilhões e a de lucros de dividendos, de US\$ 10.0 bilhões, as amortizações somaram US\$ 114.3 bilhões, mas a dívida externa líquida passou de US\$ 40.2 bilhões, em dezembro de 1979, para US\$ 89.6 bilhões, em dezembro de 1989. A década de noventa não foi melhor para as finanças internas. A remessa líquida de juros, entre 1990 e 1999, atingiu US\$ 95.1 bilhões, os lucros e dividendos, US\$ 28.9 bilhões e as amortizações, US\$ 173.2 bilhões. Em dezembro de 1999, a dívida externa líquida atingiu o montante de US\$ 205.1 bilhões. Em 2000 a situação foi ainda pior, a remessa líquida de juros para o exterior foi de US\$ 15.09 bilhões, a de lucros foi de US\$ 3.59 bilhões e as amortizações atingiram US\$ 34.69 bilhões. Em 2001, o total de juros pagos foi mais de 50% maior do que a média anual da década passada, e as remessas para amortização mais do que duplicaram (Fonte: *Boletim do Banco Central do Brasil*, vários números).

<sup>6</sup> A inflação brasileira iniciou um processo de aceleração no final dos anos setentas. Em 1980, o índice geral de preços, acumulado no ano, chegou a 110.0%. Caiu um pouco nos dois anos seguintes, mas cresceu para 211.0%, em 1983, 224.0%, em 1984 e 235.0%, em 1985. Com o Plano Cruzado, caiu para 65.0%, em 1986, e voltou a acelerar-se rapidamente nos anos seguintes, apesar dos sucessivos planos anti-inflacionários.

Nesse caso, a transição do regime militar para a democracia burguesa ocorreu no Brasil mais lentamente do que nos outros países latino-americanos. O processo de consolidação da nova aliança de classes e a construção da nova hegemonia também foi mais tardia. No entanto, pode-se afirmar que as mudanças institucionais no que diz respeito à economia e à construção do processo democrático burguês são faces de uma mesma moeda e comuns a todos os países da América Latina. As defasagens temporais resultam mais de especificidades de cada país, grau de complexidade alcançado por cada um ao longo do período de substituição de importações e autonomia frente a mudanças nas relações econômicas internacionais, do que propriamente de diferenças importantes na trajetória seguida. Por exemplo, a industrialização com base no processo de substituição de importações ainda tinha muito a avançar na Venezuela devido ao seu retardo inicial e às novas oportunidades decorrentes da receita do petróleo; na Argentina o abandono dessa política é precoce, iniciou-se as políticas liberais no final da década de setentas, ainda sob o regime autoritário, reforçando-as durante os anos oitentas sob a justificativa de que a perda da importância econômica relativa na região explicava-se pelo abandono do clássico argumento das vantagens comparativas;<sup>7</sup> o Brasil, que atingira um grau de complexidade e integração maior do que seus vizinhos, adotou as políticas liberais apenas no início dos anos noventas, no entanto, de forma incondicional, mais rápida e abrupta.

Tratava-se de mudança do papel do Estado que passa a desenvolver um amplo programa de desestatização da economia nas economias latino-americanas através da privatização das empresas estatais, reformas dos sistemas previdenciários, abertura do mercado financeiro, redução das tarifas, supressão das reservas de mercado e desregulamentação do mercado de trabalho. Com isso, foram sendo gradativamente destruídas as instituições que permitiram a construção de um parque industrial nacional, mesmo com importantes participações de empresas estrangeiras, e da tentativa de obter um desenvolvimento das economias nacionais.

Portanto, por um lado, o padrão de acumulação à dominância financeira que começava a demarcar as mudanças na economia mundial representava para esses países o esgotamento do modelo e o acirramento de suas contradições. As condições de financiamento impostas pelos países desenvolvidos reverteram-se rapidamente desembocando na crise da dívida externa, conseqüentemente vulnerabilidade externa cada vez mais forte, bem como nos problemas sociais decorrentes da adoção do modelo de industrialização com aumento da concentração de renda. Os resultados obtidos pelas políticas industriais não foram suficientes para manter o nível

<sup>7</sup> "Os males da Argentina eram vistos, pela corrente ideológica que se tornou hegemônica no governo Menem, como decorrentes de longa e fútil confrontação histórica com os países desenvolvidos, em especial com os Estados Unidos, e de sua vã e prejudicial tentativa de industrialização periférica, abandonando suas tradicionais vantagens comparativas na agropecuária e sua forma tradicional de inserção na economia mundial (...) A nova estratégia do governo Menem, em uma reviravolta radical, teria como instrumento principal, declarado publicamente, a explícita subordinação da política exterior argentina à norte-americana (e às estruturas hegemônicas em geral) através do alinhamento (...)" (Guimarães, 2001).

de competitividade no cenário internacional, exigência cada vez maior dado o avanço tecnológico alcançado nos países desenvolvidos e seus desdobramentos na organização da produção e na forma de atuação das grandes corporações em escala transnacional, cada vez mais financeirizadas e capazes de impor o seu padrão de desenvolvimento aos países periféricos.

Por outro lado, a democracia surge como forma de solucionar esses problemas. Contudo, mais do que mudança radical na prática política dos diversos atores sociais, a democracia foi percebida como forma de constituição dos governos. Ela era considerada, ao longo dos anos oitentas, período auge da redemocratização no continente, como suficiente para solucionar, por si só, os problemas econômicos e sociais criados ao longo do período autoritário. A melhor atuação dos governantes, resultante do regime democrático, tornou-se mero mecanismo de recomposição das elites econômicas frente às crescentes demandas sociais. Os diversos segmentos não encontraram, no novo regime em implantação, os meios de questionar os rumos impostos pelos interesses econômicos das elites. De certa forma, o otimismo gerado pela redemocratização obscureceu o fato de que esta servia à necessidade de reorientação das políticas econômicas frente à globalização. O fim dos regimes autoritários não ampliou as possibilidades de reorientação das políticas econômicas para diminuir a exclusão social e atender às necessidades da maior parte das populações.<sup>8</sup>

Como resultado final desse processo, o que se observou ao fim da década de oitentas e início de noventas, é que o Estado latino-americano nem pôde assumir os anseios de amplos segmentos da sociedade, democratizando as benesses obtidas durante os anos de crescimento sob o regime de Bretton Woods, nem deixou de agir em prol de uma elite econômica determinada. A alteração importante foi a recomposição de forças no interior do aparato estatal em benefício do segmento ligado ao capital financeiro.<sup>9</sup>

As políticas antiinflacionárias implementadas nos diversos países demonstram bem quanto os responsáveis pelas políticas econômicas atrelavam-se de bom grado aos interesses do capital financeiro internacional. Os planos de combate aos regimes de alta inflação tinham absoluta prioridade, mas sem que a possibilidade de moratória da dívida externa fosse realmente considerada como um requisito necessário à estabilidade. O mesmo ocorrendo com as reformas institucionais de base como a do sistema previdenciário e de reorientação dos gastos do governo apesar do apoio da maior parte da população para medidas mais drásticas nesse

<sup>8</sup> Sobre o tipo de percepção dominante sobre o processo de democratização Borón escreve: "Presos do entusiasmo não faltaram os que acreditaram que havia chegado a hora de abandonar os estudos sobre as questões mais ligadas ao funcionamento de nossos capitalismo e à estrutura de classes (pobreza, marginalidade social, decadência urbana e regional), dado que estes aludiam a uma problemática aparentemente distante da que parecia ser distinta da redemocratização: eleições, partidos e regimes políticos" (Borón, 1994).

<sup>9</sup> As políticas de estabilização dos anos oitentas não só mantiveram as profundas desigualdades sociais como as agravaram em muitos casos. "Campeão mundial da desigualdade na distribuição da renda, o Brasil só tem como fortes adversários países como Serra Leoa, Paraguai e África do Sul". (Gonçalves, 1999:48).

sentido.<sup>10</sup> Os sucessivos pacotes econômicos heterodoxos têm a mesma inspiração teórica, consubstanciando-se em reformas monetárias e políticas de contenção da dívida pública semelhantes com pressupostos quase que únicos para o desenvolvimento social em toda América Latina. Nesse sentido, as crises econômicas que caracterizam a década de oitentas são decorrentes da impossibilidade dos governos atenderem ao mesmo tempo às demandas da classe trabalhadora, do capital industrial e do capital financeiro, resolvendo-se apenas quando essa última se impôs às duas outras.

Assim, como nos demais países periféricos, o novo projeto conduziu à crítica ao desenvolvimento pelo processo de substituição de importações e a troca do mercado interno pelo mercado externo, como fonte de demanda, pelo menos nas intenções. Isso refletia a mudança decorrente da nova relação de forças no interior da aliança dominante com a perda relativa de posição dos industriais mais ligados a projetos nacionais e o avanço das frações internacionalistas associadas à esfera financeira. O projeto liberal de desenvolvimento foi a inserção subordinada e dependente aos mercados financeiros internacionais. Contudo, tal inserção não se resume às mudanças político-institucionais no interior de cada uma das economias latinas. Essas mudanças não só continuam em curso, aprofundando mudanças estruturais,<sup>11</sup> como também se desdobram em projetos de escala internacional, em especial a criação de uma Área de Livre Comércio para as Américas apontada como decorrência natural e benéfica do inexorável processo de globalização das economias.

### **Os efeitos da liberalização comercial e monetária nas Américas**

As posições em favor da Associação para o Livre Comércio nas Américas (ALCA) valorizam excessivamente os efeitos positivos que o livre comércio poderá proporcionar aos diversos segmentos produtivos atuantes em cada nação. Em geral, a formulação mais simples baseia-se nos ganhos de produtividade proporcionados pela melhor alocação dos fatores entre os diversos espaços nacionais como resultado das mudanças no padrão de concorrência inter e intra-setorial e na obtenção da competitividade.<sup>12</sup> Apenas as empresas com maior capacitação para

<sup>10</sup> O caso peruano poderia constituir-se uma exceção não fosse pelo fato de que a tentativa de estatização do restante dos ativos bancários em 1987, 50% na ocasião, provocasse a perda do pouco apoio político que Alan Garcia ainda dispunha inviabilizando uma política de não subordinação aos ditames do FMI e do BIRD. A esse respeito consultar W. Cano, *Soberania e política econômica na América Latina*, São Paulo, Ed. UNESP, 2000.

<sup>11</sup> Em termos da estrutura econômica observa-se um acelerado processo de desnacionalização da propriedade devido aos processos de privatização e de fusões e aquisições. Sobre as conseqüências desse processo observamos que "No caso de mudanças de nacionalidade, os resultados do trabalho não permitem otimismo a respeito do capital estrangeiro. As empresas transnacionais adquirentes não melhoram seu desempenho. De uma maneira geral, seu desempenho não se distingue ou é inferior" (Rocha, Looty & Ferraz, 2001:100).

<sup>12</sup> Entendemos competitividade como a "capacidade da empresa formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado" (Ferraz, 1997:3).

ampliar e/ou acompanhar aumentos na produtividade poderiam manter ou mesmo ampliar sua participação no mercado, forçando com que haja uma especialização "virtuosa" na esfera produtiva de cada participante do acordo. Valoriza-se, assim, a importância das vantagens comparativas. No entanto, algumas considerações devem ser feitas a esta linha de raciocínio.

As vantagens comparativas têm seu fundamento na vantagem absoluta de cada economia nacional. Podemos tomar, como exemplo, os setores nos quais o valor da força de trabalho seja uma fonte de obtenção de competitividade, como, em geral, é o caso da maioria dos países da América Latina. Nesses países, o menor valor relativo da força de trabalho faz com que a produção se torne cada vez mais especializada em produtos intensivos em mão-de-obra. Este resultado ocorre pelo fato de que a produção de bens de outros setores, que também possam apresentar vantagem absoluta, derivada da posse de recursos naturais ou de um maior domínio tecnológico (como exemplo), tende a se efetivar apenas à medida que o benefício oriundo das transações comerciais entre os países não seja menor caso a produção priorize apenas alguns produtos, justamente aqueles nos quais a vantagem absoluta seja maior.<sup>13</sup>

Assim, o mais provável é que as economias sob um ambiente de livre-cambismo tendem a uma estrutura produtiva menos diversificada, extremamente voltada ao comércio exterior, buscando, por meio das vantagens absolutas, os ganhos derivados das vantagens comparativas o que pode comprometer a capacidade de crescimento econômico duradouro e sustentável, bem como a implementação de políticas anticíclicas.

Ademais, ao fim e ao cabo de determinado tempo a reestruturação produtiva decorrente do processo de abertura e da integração das economias americanas parecerá seguir uma trajetória "natural" fazendo crer que as vantagens comparativas serão benéficas para todas as economias. O maior intercâmbio comercial entre os países que compõem o bloco resulta em um aumento das divisas disponíveis, o que significa que as dificuldades no balanço de pagamentos tornam-se cada vez mais espaçadas e quando ocorrerem poderão ser facilmente resolvidas pelo fortalecimento dos setores exportadores e/ou pela diminuição das importações. Estimular as exportações pode significar aprofundar ainda mais a especialização produtiva concentrando-se naqueles setores que conseguem vantagens comparativas em cada país. Pode-se constatar esta tendência, mais explicitada durante a década de noventa, na Argentina e no Chile, dois países que optaram pela via da especialização voltada para exportações. No primeiro caso, ao lado de um processo de desindustrialização, o país intensificou a produção nos setores de grãos, pecuária bovina para corte; no segundo caso, trata-se de um país que já

<sup>13</sup> O modelo ricardiano de comércio entre as nações considera que cada país deve se especializar na exportação do produto para o qual possui vantagens comparativas. Sua grande contribuição foi mostrar que o comércio entre dois países também pode resultar em vantagens para ambos, mesmo que um deles tenha vantagem absoluta na produção de todos os produtos, desde que essa vantagem seja maior em alguns do que em outros, o que gera a especialização das nações naqueles produtos para os quais suas vantagens absolutas são maiores.

não possuía uma estrutura produtiva integrada, aprofundou sua especialização em fruticultura, cobre e pescados.

No entanto, há que se ressaltar que a crescente especialização voltada para os mercados externos tende a aumentar, por outro lado, o coeficiente de importações, que é função tanto da necessidade de importações de equipamentos, componentes e insumos para os setores exportadores e à produção de bens destinados ao mercado interno, além, evidentemente, das importações de bens de consumo final configurando uma incapacidade de sustentar a necessária geração de divisas. É preciso assinalar que isso não significa impossibilidade de crescimento econômico, porém este só ocorreria como resultado do crescimento das demais economias ampliando, assim, a situação de dependência ao mercado externo.

A atuação das empresas, transnacionais e grandes grupos nacionais será cada vez mais condicionada pela capacidade de captação de divisas e função do efeito multiplicador da renda gerada pelos setores exportadores. Portanto, no caso da vulnerabilidade das contas externas mostrar-se intransponível, em dado momento, a produção voltada para o mercado interno será insuficiente para dinamizar a economia. A causa aparente da penúria de divisas aparecerá como sendo resultado da incapacidade da indústria nacional enfrentar a maior concorrência imposta pela prática do livre-cambismo na região por meio do aumento da competitividade internacional baseado em ganhos de produtividade e aproveitando suas vantagens competitivas.

Assim, a concorrência à qual as empresas estariam expostas não acarreta, necessariamente, melhores condições para o conjunto das economias envolvidas. A possibilidade de que elas tentem, num primeiro momento, compensar a perda de competitividade decorrente da menor produtividade em relação ao concorrente por meio de uma diminuição do custo baseada no aumento da exploração do fator trabalho é bastante plausível.<sup>14</sup> O caso brasileiro na década de noventa, após a abertura comercial abrupta e indiscriminada, é um bom exemplo. Os ganhos de produtividade durante o período são inegáveis,<sup>15</sup> porém ocorreram devido ao aumento da importação dos bens de equipamentos ou às mudanças organizacionais, que ao fim e ao cabo se resumem em aumento da intensidade do trabalho. Assim, não foram capazes de promover uma reestruturação do parque industrial de modo a possibilitar ganhos contínuos de produtividade. Estudo

<sup>14</sup> Os indicadores sobre o mercado de trabalho e a precarização das condições de vida dos trabalhadores no Brasil nos anos noventa mostram que essa tendência já vem ocorrendo. Os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, portanto sem proteção social e menor custo para os capitalistas aumentaram de 18.4%, em dezembro de 1989, para 26.9%, em junho de 1999 (Mattoso, 1999:15).

<sup>15</sup> Esse processo é chamado por Reinaldo Gonçalves de "inserção regressiva no comércio mundial". Apesar dos ganhos de produtividade obtidos, o Brasil perdeu em participação relativa no comércio internacional e apresentou "uma interrupção da tendência de melhora do padrão de vantagem comparativa (...) nos anos 90 e, principalmente, durante a segunda metade da década". (Gonçalves, 2000:108).

do Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Paraná<sup>16</sup> mostra que o crescimento da produtividade ocorreu de forma "espúria" ou não sistêmica. Esse processo de ganho de produtividade tende a se estagnar na medida em que o conjunto dos seus fatores determinantes –ampliação da jornada de trabalho, aumento na intensidade do trabalho, precarização do trabalho, aumento na taxa de desemprego– se esgotem. A chamada reestruturação produtiva, associada às privatizações aumentou a taxa de desemprego, estimulou a terceirização e aumentou a jornada de trabalho como meio de aumento da produtividade, caracterizando um processo de expansão da mais valia sob a forma absoluta.<sup>17</sup> "Entre 1991 e 1998, o valor adicionado e o pessoal ocupado cresceram 15.1% e 2.2%, respectivamente, e, conseqüentemente, a produtividade do trabalho aumentou 12.6%. No entanto, deve ser realçado que essa expansão do pessoal ocupado, por ser pequena, foi insuficiente para absorver o crescimento da População Economicamente Ativa" (Macedo & Cecchini, 2000:12).

Com a constituição da ALCA, não ocorreria um estímulo adicional ao aumento da produtividade das economias latinas por conta da crescente participação americana no mercado, de acordo com o nível tecnológico alcançado e nem ocorreria deterioração das condições de trabalho no país mais produtivo. Em suma, as disparidades no interior do bloco e as dificuldades da classe trabalhadora aumentam.<sup>18</sup> Por um lado, o avanço tecnológico dos diversos setores da economia americana, de caráter sistêmico, assegura melhores condições na concorrência intersetores frente às formas espúrias e não sistêmicas de aumento de produtividade que têm caracterizado a América Latina (depreciação cambial, superexploração e precarização da força de trabalho), salvo para alguns segmentos –os dependentes. Por outro lado, os setores com menor valor agregado, situados preponderantemente nas economias latinas, tenderiam a ser privilegiados em razão de que se caracterizam pela intensidade do fator trabalho. Portanto, deixando-se de lado as barreiras não-alfandegárias que beneficiam amplos segmentos produtivos dos EUA o preço da mão-de-obra nesses setores torna-se o elemento principal de explicação da vantagem comparativa dos produtos latino-americanos, o que põe por terra os resultados das políticas desenvolvimentistas recentes.

<sup>16</sup> Apesar do crescimento elevado da produtividade no Brasil "pode-se afirmar que, em 1995, a produtividade do trabalho na indústria brasileira ainda não alcançava os níveis médios vigentes em 1985 na indústria dos Estados Unidos. Informações (...) relativas aos anos de 1995 e 1997, indicam que os níveis médios da produtividade do trabalho na indústria brasileira correspondem a cerca de 36% dos níveis vigentes nos Estados Unidos" (Macedo & Cecchini, 2000:10).

<sup>17</sup> Mas, o crescimento da produtividade não ocorreu somente através desse processo. Os dados sobre a distribuição funcional da renda, também indicam um peso importante na expansão da mais valia sob a forma relativa. A participação da remuneração do trabalho no valor adicionado caiu de 45% em 1990, para 36% em 1998 (Macedo & Cecchini, 2000:16).

<sup>18</sup> A comparação entre os índices de produtividade entre o Brasil e os Estados Unidos, por segmentos da indústria, mostra que "a produtividade da indústria de transformação brasileira é mais baixa em segmentos como os de Produtos Alimentares, Têxtil, Madeira e Mobiliário, que são expressivos como geradores de emprego e relativamente mais importantes na pauta de consumo de famílias com menores níveis de renda da população" (Macedo & Cecchini, 2000:10).

Desse modo, a adoção de práticas livre-cambistas que caracterizam a criação de uma zona de livre comércio para as Américas, mesmo que combinadas com formas sub-regionais de integração (Mercosul, Pacto Andino, Nafta, etc.), não traz resultados expressivos em termos de atração de novos grupos empresariais. A expansão do capital internacional ou nacional para novos segmentos de mercado será limitada. A concorrência intra-setores é bastante arrefecida em razão do próprio aumento do fluxo de bens e serviços produzidos no interior da região. A atuação das empresas será definida de acordo com aspectos relacionados à proximidade do mercado consumidor ou de matérias primas, segundo especificidades dos produtos em questão. A conexão entre o valor total produzido em uma dada economia e a geração da renda correspondente torna-se mais tênue, já que o aumento natural das importações absorverá parte dessa renda; por conseguinte, as empresas terão pouco estímulo para migrar para um país do bloco visando ao aumento da sua participação na riqueza total da economia. A consequência é que, após um período determinado de reestruturação do parque industrial, a estrutura de oferta sofrerá poucas alterações, tão menores quanto mais concentrada for a produção no interior da região como um todo. No limite, pode-se afirmar que nesse caso é a concorrência intersetorial que determina o padrão de acumulação de capital de cada país, à medida que os períodos de crescimento puxados pela exportações criam condições para aumento ou diferenciação da produção.

A competição intercapitalista pressiona cada capitalista individual a buscar ganhos contínuos de produtividade e a proteger as fontes desses ganhos a fim de realizar lucros extraordinários enquanto não se generalizam as novas técnicas produtivas e/ou sejam imitados os novos produtos. No contexto atual, a legislação sobre direitos autorais, marcas e patentes permite às empresas inovadoras a manutenção de parte dos ganhos extraordinários, retardando ao máximo o processo de difusão das inovações, pelo menos enquanto não surgirem outras para o mesmo produto ou processo produtivo.

Se considerarmos a hipótese de aumento do investimento em novas plantas industriais, a tendência de privilegiar segmentos de menor valor agregado será mantida para a América Latina. Ele se efetivará ora com base na estrutura de custos, ora com base no mercado existente. As nações latino-americanas poderão dispor tanto de plantas para a produção de matérias primas agrícolas e minerais, com maior ou menor grau de sofisticação segundo as exigências do mercado de destino, quanto produtos industrializados destinados ao mercado interno ou constituindo-se de componentes necessários às matrizes localizadas no exterior. Porém sempre de forma a manter o lucro extraordinário. A redução ou equalização das tarifas alfandegárias entre os países componentes da ALCA ou a eliminação completa, no limite, terão efeitos diferenciados segundo o setor/segmento, a estrutura produtiva do país em questão e o padrão de concorrência intersetorial. Em contrapartida, para o país mais desenvolvido, os EUA, os ganhos contínuos de produtividade mantêm-se-iam a despeito das tentativas dos concorrentes do restante do continente em compensá-los com aumento da exploração da força

de trabalho, dado o próprio limite que esta alternativa apresenta, ou de ganhos de produtividade nos setores complementares ao capital internacional. De qualquer modo, a concorrência intra-setorial é que determina quais os segmentos com vantagem comparativa em relação ao restante do mundo, sendo que a concorrência inter-setorial é que privilegiará no âmbito macroeconômico o baixo valor agregado da produção nacional com claras conseqüências na pauta de exportação. Além de que se trata de um padrão de acumulação completamente dependente.

A dinâmica do capitalismo deve ser considerada a partir do seu processo evolutivo ou de um processo de mutação "que incessantemente revoluciona a estrutura econômica a partir de dentro, incessantemente destruindo a velha, incessantemente criando uma nova" (Schumpeter, 1943:113). O aspecto central de sua análise aponta para as formas de concorrência que se estabelece entre os capitais na busca pelos espaços de sua valorização. Esse processo de busca é comandado pelas atividades inovativas, ou seja, "o impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria" (Schumpeter, 1943:112).

É no processo de difusão das inovações, seja por adoção dos novos métodos seja por imitação de produtos ou mesmo por aperfeiçoamentos, que se dissipam os lucros extraordinários privados e se transformam em ganhos sociais, pois o valor socialmente necessário se reduz refletindo-se na redução dos preços. No entanto, as empresas imitadoras precisam ter capacitação para adotar/imitar essas inovações.<sup>19</sup>

No caso em questão, o novo ambiente concorrencial ao invés de definir a estrutura de oferta será determinado principalmente pela forma como a concorrência intrafirmas influenciará o desenvolvimento dos mercados. Ou seja, a inexistência de fronteiras permite com que o espaço econômico de atuação das empresas seja configurado a partir da própria atuação das empresas.

Assim, se o baixo custo da mão-de-obra não exclui a possibilidade de aumento do valor da força de trabalho em alguns segmentos, aqueles diretamente vinculados ao capital externo, ou até o aumento do salário real, nos casos em que a economia mundial cresça o suficiente para que esses setores assegurem o nível de demanda para promoção do crescimento interno com conseqüentes ganhos de produtividade nos setores mais dinâmicos em termos macroeconômicos, o resultado é prejudicial para a América Latina.

Examinando o caso brasileiro, as informações estatísticas dos anos noventas mostram que "A direção geral da mudança foi também a de uma perda de expressão relativa das indústrias de meios de produção e de bens duráveis e a preservação dos setores produtores de bens não duráveis e intermediários não elaborados"

<sup>19</sup> "Considerado o contexto histórico no qual se deu a industrialização brasileira como industrialização periférica, pode-se afirmar que a concorrência e a inovação tiveram um papel distinto na medida em que não houve, aqui, um centro autônomo de inovação tecnológica." (Carneiro, 2000:76).

(Carneiro, 2000:79). O segmento produtor de bens de capital apresentou um aumento de 80.5 por cento no coeficiente de penetração,<sup>20</sup> entre 1990 e 1998; o de bens duráveis de consumo, 20.4 por cento; o de equipamento de transporte, 20.2 por cento; o de bens de consumo não-duráveis, 5.1 por cento; e o de bens intermediários, 7.8 por cento. Ao mesmo tempo, o aumento do coeficiente de abertura<sup>21</sup> desses segmentos foi o seguinte: bens de capital, 16.5 por cento; bens de consumo duráveis, 20.0 por cento; equipamento de transporte, 9.9 por cento; bens de consumo não-duráveis, 2.8 por cento; e bens intermediários, 3.1 por cento (Carneiro, 2000:80).

As disparidades nos níveis de produtividade, a ausência de inovações, a inserção regressiva no sistema de comércio internacional, ficam obscurecidas uma vez que o dinheiro, ao expressar a riqueza total produzida, tem seu valor determinado para dado nível médio de produtividade. Ou seja, o valor do dinheiro é determinado para dada situação econômica (estrutura produtiva e condições de mercado e a oferta e demanda que fixam, em última instância, os preços). Assim, os diferenciais de produtividade entre os diversos setores desaparecem. Os preços relativos entre os diversos bens, *commodities*, bens exclusivamente de consumo interno e bens manufaturados com maior ou menor valor agregado, representam o valor do produto interno de um país, portanto o montante total não discrimina o acréscimo decorrente de aumento de produtividade de um setor específico ou aumento do excedente em decorrência de maior exploração da força de trabalho (ganhos de produtividade não sistêmicos, como já mencionamos). A reestruturação produtiva, seja devido à incorporação de novas tecnologias, seja decorrente de reorganização da produção baseada na precarização das condições de emprego, não é suficientemente compreensível na expressão de valor agregado.

Além disso, a taxa de câmbio, que exprime a relação do valor da moeda nacional em relação ao valor das moedas estrangeiras, é também função do fluxo comercial e financeiro. Esses fluxos, para dado saldo final da balança comercial, da conta de capital e taxa interna de juros determinam o montante de transferência das reservas internacionais. A taxa de câmbio sofre então variação (valorização ou desvalorização) segundo a entrada ou saída de divisas cuja amplitude será maior ou menor segundo o regime cambial em vigor, fixo ou flutuante. Em termos de preços, a taxa de câmbio expressa a relação existente entre os preços relativos internos e externos. Portanto, para dada estrutura do balanço de pagamentos (maior ou menor saldo da balança comercial e da conta capital), a taxa de câmbio varia de acordo com o desempenho global da economia em relação ao restante do mundo, independente do aspecto qualitativo que possa vigorar em determinado segmento produtivo.

Existem três efeitos importantes no caso de criação de uma zona de livre comércio para as Américas. O primeiro é que as mudanças na estrutura produtiva do país necessariamente parecerão naturais, ou seja, resultantes de vantagens comparativas

<sup>20</sup> Indicador obtido pela participação relativa das importações sobre a produção do segmento industrial.

<sup>21</sup> Obtido pela relação entre o montante de exportações sobre o volume de produção.

ao invés de aumento da exploração da força de trabalho e/ou alteração da cadeia produtiva em detrimento de setores promissores, embora ainda incipientes. Os grandes conglomerados definirão suas estratégias sem levar em conta o potencial da economia, já que o fluxo comercial entre o bloco permite com que as decisões de investimento se façam exclusivamente de acordo com as perspectivas de lucro, ficando inviabilizada a formação e desenvolvimento do mercado interno.

O segundo efeito, embora diga respeito especificamente à questão monetária, reforça essa tendência à medida que a necessidade de divisas, por conta de um padrão de acumulação que privilegia a produção voltada para o mercado externo, faz com que esses setores tenham maiores ganhos de produtividade. Os setores exportadores constituirão os principais, senão únicos, meios de dinamizar a economia. As divisas assim obtidas serão consideradas como uma vocação, mesmo que baseadas no baixo valor da mão-de-obra, além de dificultarem ainda mais o desenvolvimento dos demais ramos da produção dado a nova divisão internacional do trabalho. Os segmentos econômicos mais atrasados terão dificuldades cada vez maiores para manter a competitividade com os concorrentes dos demais países, o que significa perder de vista a possibilidade de ter no mercado interno um veículo para a promoção do desenvolvimento.

Por último, o maior intercâmbio comercial entre os países do bloco incentiva ainda mais a dolarização<sup>22</sup> da região por dois motivos principais: o maior fluxo comercial intra-empresas e as diferentes taxas de crescimento da produtividade. De fato, o comércio entre os grandes grupos transnacionais terá a moeda mais forte como principal medida de valor. As empresas forçosamente avaliarão seus investimentos tendo em vista uma unidade de conta que expresse as condições de produção e de mercado da economia mais forte. As estratégias das empresas que definem a localização dos investimentos fora do país sede são também função dos efeitos do aumento do fluxo comercial interempresas (importação e exportação de componentes), o que implica manter a moeda mais forte como padrão monetário à medida que as transações assim avaliadas permitem com que a decisão de investimentos contemple, para dada estratégia empresarial, estruturas de custos distintas. Os preços fixados diretamente em dólares permitem que a produção seja definida tendo em vista a melhor alocação dos recursos em cada um dos países, aprofundando a divisão regional do trabalho. Alternativamente, com diferentes moedas, as taxas de câmbio remetem ao potencial de crescimento das economias como um todo, e não apenas a de uma empresa numa área geográfica, segundo o potencial de crescimento da empresa e o grau de concentração do setor para dada demanda. Portanto, a crescente referência ao dólar é inevitável e, paradoxalmente, como fruto do eventual crescimento econômico possibilitado pelo livre trânsito de bens e serviços, porém dependente e cíclico.

Além disso, os diferenciais dos ganhos de produtividade entre os países membros, no caso de desenvolvimento da integração regional do continente, reforçam essa

<sup>22</sup> Discutimos a questão da dolarização em outro artigo. Ver Morandi, Mendonça & Nakatani, 2001.

tendência devido à distorção dos preços relativos em relação ao valor total produzido e comercializado na região. O peso da economia norte-americana na região e o aumento do fluxo financeiro monetário exigiriam dos demais países um crescimento da produtividade semelhante. Caso contrário, a perda paulatina da credibilidade e aceitabilidade dessas moedas frente ao dólar é forte, porque o nível de preços internos nos países com menor produtividade sofrerá pressões altistas: parte da renda gerada pelos setores exportadores, ao ser direcionada para o consumo de bens não comercializáveis no exterior e com menor produtividade, é responsável por essa pressão nos momentos ascendentes do ciclo capitalista de produção; nos momentos descendentes a vulnerabilidade das contas externas aumenta exigindo das autoridades econômicas até o ponto que desvalorizações cambiais sejam inevitáveis.

### **Considerações finais**

O aprofundamento do projeto neoliberal, segundo estudamos, aponta para algumas tendências. A primeira, já com data marcada, apesar de interesses contrários ou favoráveis é a implementação da ALCA –Área de Livre Comércio das Américas– e o aprofundamento do projeto de desenvolvimento subordinado, desenvolvido pela aliança de classes dominante em todos os países latino-americanos. Essa tendência leva a uma relativa desindustrialização das áreas já industrializadas e revigora o livre-cambismo com a redução ou supressão das barreiras tarifárias entre os países participantes da ALCA. Esse processo tende a produzir, nos termos de Gonçalves (2000), uma inserção regressiva no comércio mundial, no qual os países que apresentam algumas vantagens comparativas em termos de recursos naturais ou mão de obra tenderão a se especializarem explorando mais intensivamente esses recursos. Ao mesmo tempo, essa forma de inserção no sistema mundial suprime a possibilidade interna de criar inovações através do desenvolvimento científico-tecnológico.

Como consequência desse processo, o desenvolvimento capitalista tenderá a ocorrer com maior exclusão econômica e social da classe trabalhadora. Estes, verão seus rendimentos caírem ainda mais em termos relativos, senão em valores absolutos. Essa exclusão comprime ainda mais as possibilidades de acumulação de capital tendo como motor a expansão do mercado interno, na medida em que a concentração de renda e riqueza já não garante mais a expansão desse mercado como ocorreu nas décadas passadas. A própria política econômica do projeto neoliberal coloca como elemento motor a expansão do mercado externo. Esse, como vimos, apresenta seus limites, seja em decorrência da perda de competitividade em função dos diferenciais de produtividade, seja em decorrência das políticas monetárias e cambiais. A própria condição do comércio internacional impede que todas as economias periféricas tenham simultaneamente superávits na balança comercial.<sup>23</sup>

<sup>23</sup> Apenas os americanos têm conseguido manter enormes déficits na balança comercial durante um longo período. Isso, pela sua condição específica de emissor da moeda mundial e pela existência

Enfim, a desregulamentação dos mercados e a abertura financeira, comandada pelos intelectuais orgânicos da aliança das frações de classe dominante exige a produção contínua de excedentes para a remuneração do capital especulativo parasitário<sup>24</sup> circulante na esfera financeira. Essa remuneração exige a produção de superávits primários crescentes e um endividamento acelerado do Estado. No primeiro caso, a política fiscal conduz a um aumento das receitas e uma redução nos gastos, principalmente nos investimentos, proteção social, saúde e educação. Essa política é consistente com o programa de privatização do projeto não intervencionista do Estado. Ao mesmo tempo, essa política abre novos espaços para a acumulação de capital que necessita, continuamente, de manter a sua reprodução ampliada. No segundo, o Estado transfere para o futuro, através da criação de capital fictício, a dívida mobiliária, parte da remuneração dos capitais especulativos. A circulação internacional do capital monetário disponível exige que os países periféricos mantenham uma relativa estabilidade monetária e cambial para garantir a sua remuneração. Assim, para essa parcela do capital, a dolarização das economias periféricas converte-se em um objetivo fundamental para evitar a desvalorização dessa forma de capital monetário.

### Referências bibliográficas

- Benjamin, César (2001), "A nova economia mundial e o destino do Brasil. Globalização, guerra e violência", em *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, Sette Letras, núm. 8, junho.
- Borón, Atilio (1994), *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Banco Central do Brasil (2000), *Boletim do Banco Central do Brasil*, vários números.
- Cano, Wilson (2000), *Soberania e política econômica na América Latina*, São Paulo, UNESP.
- Carcanholo, Reinaldo e Paulo Nakatani (1999), "O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização", em *Revista Ensaio FEE*, Porto Alegre, vol. 20, núm. 1.
- Carneiro, Ricardo (2000), *Reformas liberais, estabilidade e estagnação (A economia brasileira na década de 90)*, Tese de Livre-Docência, Campinas, Unicamp.
- Ferraz, João Carlos, David Kupfer e Lia Haguenuer (1997), *Made in Brazil. Desafios competitivos para a indústria*, São Paulo, Campus.
- Gonçalves, Reinaldo (1999), "Distribuição de riqueza e renda: alternativa para a crise brasileira", em Ivo Lesbaupin (org.), *O desmonte da Nação. Balanço do governo FHC*, Petrópolis, Vozes.

da economia japonesa que é superavitária. A essas condições César Benjamin chama de anomalia do sistema capitalista mundial (Benjamin, 2001:75).

<sup>24</sup> Desenvolvemos essa categoria em Carcanholo & Nakatani, 1999.

- (200), *O Brasil e o comércio internacional. Transformações e perspectivas*, São Paulo, Contexto.
- Guimarães, Samuel Pinheiro (2001), "Globalização, guerra e violência", em *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, Sete Letras, núm. 8, junho.
- Macedo, Mariano M. & Kerlyng Cecchini (2000), *Retratos da Produtividade no Brasil*, Curitiba, IBQP-Pr.
- Marini, Ruy Mauro (1999), "Subdesenvolvimento e revolução", em P. Barsotti et al. (coord.), *América Latina: história, idéias e revolução*, São Paulo, Xamã, 2ª ed.
- Mattoso, Jorge (1999), *O Brasil desempregado*, São Paulo, Perseu Abramo.
- Morandi, Mendonça & Nakatani (2001), *Estado e moeda nacional na América Latina: as tendências para a dolarização*, VI Encontro Nacional de Economia Política. Anais do VI Encontro Nacional de Economia Política, São Paulo, SEP, (CD-Rom).
- Rocha, Looty & Ferraz (2001), "Desempenho das fusões e aquisições na indústria brasileira na década de 90", em *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, IE-UFRJ.
- Roitman, Marcos (1993), "Teoría y práctica de la democracia en América Latina", em Pablo González Casanova e Marcos Roitman (org.), *La democracia en América Latina: actualidad y perspectivas*, México, La Jornada Ediciones/Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, UNAM.
- Schumpeter, J. (1984), *Capitalismo, socialismo e democracia*, Rio de Janeiro, Zahar.